

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Foco de Atuação

A Companhia atua na prestação de serviços de crédito de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2011.

Em 2020, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

Destaque do Ano

O ano de 2020 foi um ano de grandes realizações apesar dos desafios do isolamento social. Ao longo do exercício, a Administração focou os esforços na execução das ações do planejamento estratégico que tem como objetivo principal as pessoas e a inovação em processos e tecnologia. Os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura e desenvolvimento de sistemas atingiram o montante de R\$ 7,1 milhões (R\$ 6,2 milhões em 2019). Os investimentos na qualificação constante dos colaboradores e em ações de endomarketing chegaram ao patamar de R\$ 470 mil (R\$ 1,0 milhão em 2019). Ao total, em 2020, foram 1.354 treinamentos realizados, montando um total de 6.774 horas de treinamento.

Conforme planejado, a Companhia disponibilizou ao mercado a plataforma Venda 4.0 para negociação do crédito consignado e cartão de crédito consignado, que já atingiu a marca de 33% das originações através desta ferramenta. O Venda 4.0 coloca a Bem Promotora em um novo patamar tecnológico, favorecendo o desenvolvimento e a evolução do produto, e garantindo uma melhor experiência aos usuários. A Companhia também iniciou, em novembro de 2020, as operações de crédito consignado *Paperless* através da plataforma BemSing, inicialmente restrito às operações originadas pela rede de lojas próprias.

Em dezembro de 2020, 20% das propostas originadas pela rede de lojas tiveram assinatura eletrônica, contribuindo assim com a otimização do processo, com o aumento da eficiência operacional e com a sustentabilidade do planeta. O BemApp, a plataforma *mobile* da Bem Promotora, continuou recebendo melhorias com versões mensais para acompanhar as tendências do mercado de crédito consignado e está pronto para fazer a diferença com a liberação da assinatura eletrônica para toda a rede. Para a concretização destes projetos, foi fundamental o foco na evolução das nossas APIs como um diferencial para nossos times de desenvolvimento e parceiros, e a evolução dos processos Ageis, da Qualidade de *Software* e *DevOps*, resultando em sistemas com maior valor para o negócio, com mais qualidade, *performance* e entregas com maior agilidade.

No segundo semestre, a Companhia ativou o *site* de contingência do *Datacenter*, passando a ter uma sólida solução de resposta a qualquer incidente na infraestrutura física, com ativação em segundos e sem impacto ao negócio. O ano também foi marcado por aspectos legais e obrigatórios com a autorregulação do mercado de crédito consignado e mudanças nos processos de averbação do SIAPE e do INSS. Sempre atentos as tendências e oportunidades, iniciamos o desenvolvimento da Plataforma Cliente Final como estratégia complementar aos nossos Correspondentes para atingirmos diretamente clientes que estão cada vez mais conectados.

A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi e não será afetada de forma significativa em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações

rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia e ferramentas de colaboração, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal, e forneceu ajuda de custo para auxiliar os colaboradores com os gastos adicionais decorrentes do isolamento social. O isolamento imposto pela pandemia consolidou o modelo de trabalho remoto que já vinha sendo praticado pela Companhia em 2019. Neste contexto, a Administração investiu na qualificação dos modelos de gestão e em ferramentas que auxiliam os gestores e as equipes no gerenciamento das atividades operacionais, garantindo que as entregas sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

Com relação à atuação da rede de lojas, no final do primeiro semestre a Companhia voltou a operar fisicamente nas localidades onde a propagação do vírus já estava mais controlada, mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. Além disso, as restrições de circulação não impediram o adequado acesso a documentos e informações necessárias para operação, bem como não afetaram o fornecimento de insumos e informações essenciais para que os negócios mantenham a continuidade.

A originação de operações de crédito consignado não sofreu impactos relevantes em decorrência da pandemia, o que permitiu que a Companhia realizasse uma receita líquida superior à receita realizada em 2019 e apenas 2,77% abaixo da previsão orçamentária do período. Na linha das despesas, a Administração reavaliou a estrutura física dos escritórios administrativos, iniciando um processo de modernização e adequação dos espaços às necessidades do novo formato de trabalho instalado. Reavaliou os contratos firmados com os principais fornecedores, renegociou contratos de aluguel e reduziu significativamente as despesas de consumo, tais como viagens, materiais, entre outras. Estes fatos permitiram que a Companhia, mesmo diante de todas as adversidades impostas pela pandemia, mantivesse os empregos e a sustentabilidade econômica e financeira da Companhia.

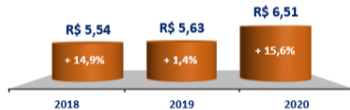
Em 2020, a Bem Promotora novamente participou da pesquisa *Great Place to Work*. A pesquisa aplicada pelo instituto contou com a participação de 98% dos colaboradores (96% em 2019), cujo nível de satisfação registrado foi de 89% (84% em 2019), o que permitiu que a Bem Promotora fosse premiada entre as 35 melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul, atingindo o *ranking* de 20º lugar.

Os avanços tecnológicos com foco na jornada dos clientes e dos colaboradores, aliados aos investimentos em capacitação também contribuíram para o ganho de eficiência e aumento da segurança na análise das informações. Isso tudo atentos à transformação digital representada pelo lançamento da segunda edição da "Revista 20/30 | Tendências para a Década", com um editorial focado na evolução tecnológica, tendências e o futuro do trabalho.

Desempenho nos Negócios

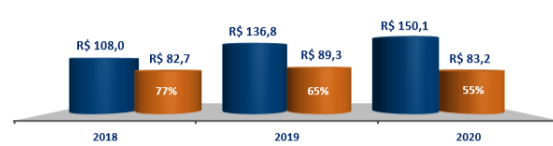
Em 2020, a Companhia manteve o crescimento de produção de crédito consignado alcançando o patamar de produção de R\$ 6,5 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

Produção de Crédito Consignado - em bilhões



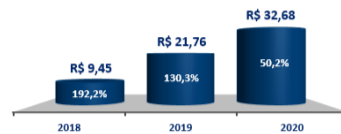
O crescimento dos níveis de originação refletiu no aumento da carteira de operações de crédito consignado, base da principal fonte de receitas da Companhia. Em 2020, a receita operacional bruta da prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 150,1 milhões e as despesas operacionais do exercício montaram R\$ 83,2 milhões (55% da receita operacional bruta).

Receita Operacional Bruta x Despesas Operacionais - em milhões



A Companhia encerrou 2020 com lucro líquido de R\$ 32,7 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 54,5 milhões (R\$ 43,5 milhões em 2019).

Resultado do Exercício - em milhões



Estrutura Operacional

Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 33 lojas próprias, sendo 14 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 515 correspondentes subestabelecidos e 376 colaboradores atuantes nas áreas administrativas e comerciais.

Em 2020, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração.

A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. A KPMG é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento

Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Conselheiros, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021.

A Administração.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		887	547	938	554	Obrigações com fornecedores	2.971	4.107	2.973	4.119	
Aplicações financeiras	4	44.584	23.465	45.482	25.439	Obrigações fiscais e previdenciárias	3.671	4.427	3.695	4.501	9
Contas a receber		67	11.478	123	11.590	Obrigações trabalhistas	5.361	3.970	5.363	3.979	
Impostos a compensar	5	1.705	1.199	1.711	1.222	Obrigações com partes relacionadas	3.056	-	3.056	-	
Valores a receber de correspondentes	6.a.16.1	138	114	138	114	Provisão para indenizações contratuais	4.811	14.814	4.811	14.814	15
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6.b	12.885	14.281	12.885	14.281	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.299	16.510	15.299	16.510	11
Outros créditos diversos		445	782	218	319	Passivo e encargos de arrendamento	1.257	1.983	1.257	1.983	16.2
Depósitos em garantia		33	37	33	37	Total do passivo circulante	36.426	45.811	36.454	45.906	
Despesas antecipadas		1.811	1.655	2.166	1.656	Não circulante					
Total do ativo circulante		62.555	53.558	63.694	55.212	Passivo e encargos de arrendamento	1.708	2.105	1.708	2.105	16.2
Não circulante						Outras obrigações com partes relacionadas	2.022	-	2.022	-	15
Ativo fiscal diferido	10.1	13.234	19.367	13.234	19.367	Total do passivo não circulante	3.730	2.105	3.730	2.105	
Depósitos em garantia		406	436	406	436	Total do passivo	40.156	47.916	40.184	48.011	
Despesas antecipadas		525	-	171	-	Patrimônio líquido					12
Investimentos	7	759	1.562	-	-	Capital social	26.097	26.097	26.097	26.097	
Imobilizado	8	7.293	6.847	7.295	6.850	Reserva legal	3.590	1.956	3.590	1.956	
Intangível	8	7.082	5.693	7.082	5.693	Reserva para investimentos	6.543	2.409	6.543	2.409	
Direitos de uso		2.827	3.957	2.827	3.957	Lucros à disposição da Assembleia Geral	18.295	13.042	18.295	13.042	
Total do ativo não circulante		32.126	37.862	31.015	36.303	Total do patrimônio líquido	54.525	43.504	54.525	43.504	
Total do ativo		94.681	91.420	94.709	91.515	Total do passivo e do patrimônio líquido	94.681	91.420	94.709	91.515	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	32.677	21.760	32.677	21.760
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores	32.677	21.760	32.677	21.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
	Capital social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros à disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	26.097	868	614	6.732	-	34.311
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(4.937)	-	(4.937)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.795	-	1.795
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.760	21.760
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.088	-	-	(1.088)	-
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.4)	-	-	-	-	(7.630)	(7.630)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	13.042	(13.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.097	1.956	2.409	13.042	-	43.504
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 12.4)	-	-	-	(8.908)	-	(8.908)
Constituição de reserva de lucros (Nota Explicativa nº 12.4)	-	-	4.134	(4.134)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.677	32.677
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.634	-	-	(1.634)	-
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.4)	-	-	-	-	(12.748)	(12.748)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	18.295	(18.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.097	3.590	6.543	18.295	-	54.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 24 de fevereiro de 2011. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda., conjuntamente denominados Grupo AMCM-RSR. Em 2020, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias, e na atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.. A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi e não será afetada de forma significativa em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, e realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal. Com relação à atuação da rede de lojas, no final do primeiro semestre a Companhia voltou a operar fisicamente nas localidades onde a propagação do vírus já estava mais controlada, mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. Além disso, as restrições de circulação não impediram o adequado acesso a documentos e informações necessárias para operação, bem como não afetaram o fornecimento de insumos e informações essenciais para que os negócios mantenham a continuidade. A originação de operações de crédito consignado não sofreu impactos relevantes em decorrência da pandemia, o que permitiu que a Companhia realizasse uma receita líquida superior à receita realizada em 2019 e apenas 2,77% abaixo da previsão orçamentária do exercício. Na linha das despesas, a Administração reavaliou os contratos firmados com os principais fornecedores, renegociou contratos de aluguel e reduziu significativamente as despesas de consumo, tais como viagens, materiais, entre outras. Estes fatos permitiram que a Companhia, mesmo diante de todas as adversidades impostas pela pandemia, mantivesse seu fluxo de caixa e a manutenção dos empregos. Adicionalmente, os efeitos da pandemia não impactaram significativamente na expectativa de vida útil dos ativos imobilizado e intangível, e na expectativa de recuperabilidade dos ativos financeiros e de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais	2020	2019	2020	2019
Resultado operacional antes dos impostos	47.232	31.913	47.369	32.218
Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos	(6.634)	10.052	(5.721)	11.869
Depreciação e amortização	6.180	5.038	6.181	5.039
Resultado da participação em sociedade controlada	(852)	(1.816)	-	-
(Reversão)/Provisão <i>Impairment</i> de ativos financeiros	(8.283)	1.717	(8.289)	1.717
Reversão para riscos cíveis e trabalhistas	(193)	(4.963)	(193)	(4.963)
(Reversão)/Provisão para indenizações contratuais	(4.916)	9.799	(4.916)	9.799
Perda com baixa de bens do imobilizado e intangível	1.463	274	1.463	274
(Reversão)/Provisão de risco de crédito e outros	(33)	3	33	3
Variações nos ativos e passivos	(9.460)	(18.664)	(10.466)	(20.789)
Aumento em aplicações financeiras	(21.218)	(3.543)	(20.195)	(3.208)
Redução/(Aumento) em contas a receber	11.468	(1.776)	11.516	(1.751)
(Aumento)/Redução em impostos a compensar	(506)	2.674	(489)	2.690
Aumento em depósitos em garantia	(393)	(997)	(393)	(997)
Redução/(Aumento) em valores a receber correspondentes e outros créditos	9.207	(3.059)	9.207	(3.081)
Aumento em despesas antecipadas	(681)	(441)	(680)	(442)
(Redução)/Aumento em obrigações com fornecedores	(1.136)	964	(1.142)	968
Redução em obrigações fiscais e previdenciárias	(756)	(2.381)	(829)	(2.449)
Aumento em obrigações trabalhistas	1.391	730	1.385	735
Imposto de renda e contribuição social correntes - pagos	(8.422)	(12.663)	(8.536)	(12.913)
Dividendos recebidos de sociedade controlada	1.896	2.169	-	-
Juros pagos	(310)	(341)	(310)	(341)

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas no recebimento de créditos e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos, anualmente. **2.5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo na resultarem em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas no recebimento de créditos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saldas de recursos. **2.6. Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre esta. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6.a). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e custo amortizado. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, obrigações com partes relacionadas e passivos e encargos de arrendamento. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a) valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. **Classificação:** A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **Valor justo por meio do resultado:** Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido. **Custo amortizado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de receber apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas de juros no resultado ao longo do período pertinente com base no valor de juro efetiva. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.3. Provisão para perda no recebimento de créditos:** As provisões para perdas no recebimento de créditos são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.5). **3.4. Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*. **3.5. Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia, exceto no que se refere aos regimes de tributação federal (Notas Explicativas nº 3.9 e 3.10). **3.6. Imobilizado e Intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Os *softwares* de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8). Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do exercício. **3.7. Bens de direito de uso - CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Os ativos registrados como bens de direito de uso, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguel que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios e lojas que integram a rede operacional. Esses valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração. **3.8. Demais ativos circulares e não circulares:** Os demais ativos circulares e não circulares estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social - Imposição:** A despesa de imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos contábeis e diferidos (Nota Explicativa nº 10). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui saldo de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada:** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos arts. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10. Contribuições ao PIS e à COFINS:** A Companhia apura as contribuições para PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R\$ 1.289 em 2020. **3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes de tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos. **3.13. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência, com base no serviço prestado, e referem-se principalmente a comissões sobre originação das operações de empréstimos consignados, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14. Custos dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados são compostos por despesas de pessoal e administrativas diretamente ligadas à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagens de seguros. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16. Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são devidos como pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir a máxima liquidez que se tenha a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, e sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras: Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 101% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating* Fitch Ratings:

Instituição	Classificação de risco	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Ratings A+ (bra)	42.255	21.092	43.157	23.076
Caixa Econômica Federal	Ratings AA (bra)	2.548	2.486	2.548	2.486
(-) Provisão de Risco de Crédito		(219)	(113)	(223)	(123)
		44.584	23.465	45.482	25.439

5. Impostos a compensar

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
IR/CSLL retidos na fonte...	191	135
IR/CSLL a recuperar de períodos anteriores	253	-
PIS e COFINS de créditos tributários	76	86
PIS e COFINS retidos na fonte	457	392
ISSQN retido na fonte	728	586
Total	1.705	1.199

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a receber de correspondentes	22.209	30.516	22.209	30.516
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	(22.071)	(30.402)	(22.071)	(30.402)
Total	138	114	138	114

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que tais instituições tinham a receber com os correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com

7. Investimento em controlada: A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Dividendos pagos	Dividendos provisionados	Saldo final
2020	100%	1.562	852	(1.442)	(213)	759
2019	100%	1.826	1.816	(1.626)	(454)	1.562

8. Imobilizado e Intangível

Imobilizado	Controladora			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2019	2.221	1.151	1.558	4.930
Movimentações no exercício				
Aquisições	970	454	1.895	3.319
Baixas	(84)	(9)	(1)	(94)
Depreciação	(342)	(239)	(727)	(1.308)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	544	206	1.167	1.917
Custo	4.819	4.291	6.183	15.293
Depreciação acumulada	(2.054)	(2.934)	(3.458)	(8.446)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	2.765	1.357	2.725	6.847
Movimentações no exercício				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.204)	(1.767)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(949)	(227)	1.622	446
Custo	3.407	4.119	8.940	16.466
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.593)	(9.173)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.816	1.130	4.347	7.295
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

Imobilizado	Consolidado			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2019	2.221	1.151	1.562	4.934
Movimentações no exercício				
Aquisições	970	454	1.895	3.319
Baixas	(84)	(9)	(1)	(94)
Depreciação	(342)	(239)	(728)	(1.309)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	544	206	1.166	1.916
Custo	4.819	4.291	6.187	15.297
Depreciação acumulada	(2.054)	(2.934)	(3.459)	(8.447)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	2.765	1.357	2.728	6.850
Movimentações no exercício				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.205)	(1.768)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(949)	(227)	1.621	445
Custo	3.407	4.119	8.944	16.470
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.595)	(9.175)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.816	1.130	4.349	7.295
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

Intangível

Intangível	Controladora e Consolidado		
	Marcas	Softwares	Total
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2019	27	2.684	2.711
Movimentações no exercício			
Aquisições	31	4.206	4.237
Baixas	-	(180)	(180)
Amortização	-	(1.075)	(1.075)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	31	2.951	2.982
Custo	58	7.384	7.442
Amortização acumulada	-	(1.749)	(1.749)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	58	5.635	5.693
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	4.238	4.238
Baixas	(13)	(584)	(597)
Amortização	-	(2.252)	(2.252)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(13)	1.402	1.389
Custo	45	10.984	11.029
Amortização acumulada	-	(3.947)	(3.947)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	45	7.037	7.082
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	

Em 2020 foram concluídos projetos de desenvolvimento de sistemas na área de Tecnologia da Informação, que foram reclassificados da conta de "Intangível em andamento" para a conta de "Software ou programas de computador", devido à disponibilização destes sistemas para o uso nas atividades da Companhia, compondo assim a base de cálculo da amortização.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Imposto de renda	-	94
Contribuição social	-	122
Encargos sociais	1.244	1.320
PIS/COFINS	1.279	1.225
ISSQN	679	1.156
Outros tributos	469	510
Total	3.671	4.427

10. Imposto de renda e contribuição social: 10.1. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Provisão para perdas no recebimento de créditos	22.290	30.573
Provisão para despesas gerais e administrativas	3.378	3.226
Provisão para indenizações contratuais	4.811	14.814
Provisão para ações cíveis e trabalhistas	8.018	8.212
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	38.497	56.825
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contrib. social sobre provisões temporárias	13.089	19.320
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	1.613	527
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	1.613	527
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	145	47
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	13.234	19.367

10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Exercício de 2020	-	7.594
Exercício de 2021	4.841	6.667
Exercício de 2022	3.028	3.990
Exercício de 2023	2.352	558
Exercício de 2024	2.933	558
Exercício de 2025	80	-
Total	13.234	19.367

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do

11. Provisão para contingências: Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:

(a) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R\$ 182 (R\$ 145 em 2019). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 833 (R\$ 1.053 em 2019), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências. (b) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos no montante de R\$ 20.230 (R\$ 21.051 em 2019). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2020, somam R\$ 5.113 (R\$ 4.686 em 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes. O montante de tal provisão está apresentado no Bal

A Administração não constituiu provisão para perda da ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado em 13 de março de 2012, que prevê que os processos judiciais que tenham como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012 são de responsabilidade do Banco Original S.A. Para fazer frente à possibilidade de perda da ação judicial, o Banco Original S.A. efetuou depósito judicial em garantia do processo (Nota Explicativa nº 17).

12. Patrimônio líquido. 12.1. Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, está representado por 2.246.119 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal. **12.2. Características das ações:** O Estatuto Social da Companhia prevê que as ações do capital social é assegurada à distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

	2020 e 2019	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,9000%
Total	2.246.119	100%

12.4. Distribuição de resultado: Do resultado do exercício de 2019, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 1.088. Não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 21 de agosto de 2019 no montante de R\$ 7.630, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 2020, o saldo do resultado do exercício de 2019, de R\$ 13.042, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 4.134 e o restante, de R\$ 8.908, para distribuição de dividendos. Do resultado do exercício de 2020, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 1.634. Não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 07 de agosto de 2020 no montante de R\$ 12.748, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de agosto de 2020, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. O saldo remanescente do resultado de 2020 no valor de R\$ 18.295, permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviços.....	150.083	136.793	151.454	139.496
(-) Deduções da receita bruta				
PIS sobre faturamento.....	(2.476)	(2.257)	(2.485)	(2.275)
COFINS sobre faturamento.....	(11.406)	(10.396)	(11.447)	(10.477)
ISSQN.....	(7.479)	(6.788)	(7.520)	(6.869)
Total da receita operacional líquida	126.722	117.352	130.002	119.876

Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumarizadas a seguir: **15.1. Saldos e transações com empresas ligadas:**

Controladora - 2020	Ativos e Passivos						Resultado		
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Despesas Aluguéis	Benefícios de curto prazo
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do RGS S.A.	622	42.255	52	-	(9.833)	843	149.901	(263)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	213	13	-	-	-	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.550)
Total 2019	622	42.255	52	213	(9.820)	843	149.901	(263)	(4.550)
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do RGS S.A.	429	21.092	11.535	-	(14.814)	1.059	136.785	(361)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	454	9	-	-	-	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.893)
Total	429	21.092	11.535	454	(14.805)	1.059	136.785	(361)	(3.893)
Consolidado - 2020									
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do RGS S.A.	673	43.157	52	-	(9.833)	877	149.901	(263)	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.573)
Total 2019	673	43.157	52	-	(9.833)	877	149.901	(263)	(4.573)
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do RGS S.A.	436	23.076	11.535	-	(14.814)	1.161	136.278	(361)	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.893)
Total	436	23.076	11.535	-	(14.814)	1.161	136.278	(361)	(3.893)

15.2. Provisão para indenizações contratuais: O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banrisul pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 4.811 (R\$ 14.814 em 2019). Em 26 de junho de 2020, a Companhia firmou juntamente com o Banrisul o Instrumento Particular de Acordo e Fluxo Operacional, com o objetivo de regularizar o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2019 das indenizações contratuais que se mantinham em discussão sobre a responsabilidade das partes. O acordo firmado refletiu na reversão da provisão para indenizações contratuais no montante de R\$ 10.222, do qual a responsabilidade da Companhia frente a estes prejuízos foi apurada em R\$ 7.272, montante este registrado no resultado do primeiro semestre na rubrica de "prejuízos em indenizações contratuais" em contrapartida do passivo com partes relacionadas, cujo saldo em 31 de dezembro é de R\$ 5.022, sendo R\$ 3.000 registrados no passivo circulante e R\$ 2.022 registrados no passivo não circulante, considerando que o desembolso financeiro para cumprimento desta obrigação ocorrerá mensalmente até agosto de 2022.

Provisão para indenizações contratuais

	Saldo no início do exercício	(+) Adições	(-) Reversões / Baixas	Saldo no final do exercício
Ano 2020	14.814	7.864	(17.867)	4.811
Ano 2019	5.015	16.711	(6.912)	14.814

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2020 e 2019, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Membros da Administração - remuneração.....	3.616	3.077	3.635	3.077
Conselho Fiscal - remuneração.....	216	198	216	198
Contribuição Previdenciária.....	718	618	722	618
Total	4.550	3.893	4.573	3.893

16.2. Risco de liquidez: A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Na estimativa de 12 (doze) meses, não espera-se que a Companhia não tenha recursos para fazer as liquidações.

Controladora - 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)			
		até 12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores.....	2.971	2.971	2.971	-	-
Provisão para indenizações contratuais.....	4.811	4.811	4.811	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo.....	2.965	3.337	1.442	804	643
Indenizações contratuais a pagar Banrisul curto e longo prazo.....	5.022	5.022	3.000	2.022	-
Total	15.769	16.141	12.224	2.826	643
Consolidado - 2020					
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores.....	2.973	2.973	2.973	-	-
Provisão para indenizações contratuais.....	4.811	4.811	4.811	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo.....	2.965	3.337	1.442	804	643
Indenizações contratuais a pagar Banrisul curto e longo prazo.....	5.022	5.022	3.000	2.022	-
Total	15.771	16.143	12.226	2.826	643

(*) Total dos fluxos de caixa futuros considerando os juros futuros, quando aplicável.

14. Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Descrição				
Custo dos serviços prestados.....	(43.386)	(48.050)	(43.377)	(48.063)
Despesas gerais e administrativas.....	(37.501)	(28.632)	(37.847)	(29.124)
Reversão/(Provisão) de Impairment de ativos financeiros líquidos.....	8.283	(1.724)	8.289	(1.724)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(10.554)	(10.860)	(10.548)	(10.858)
Total	(83.158)	(89.266)	(83.483)	(89.769)
Despesas de pessoal.....	(43.883)	(46.400)	(44.035)	(46.486)
Serviços de terceiros.....	(9.780)	(10.760)	(9.792)	(10.786)
TI e telecomunicações.....	(6.645)	(6.022)	(6.645)	(6.022)
Estrutura e consumo.....	(1.333)	(1.461)	(1.333)	(1.461)
Serviços e despesas de apoio.....	(1.634)	(2.794)	(1.638)	(2.826)
Conservação e manutenção.....	(1.069)	(1.439)	(1.069)	(1.439)
Despesas de marketing.....	(1.615)	(2.066)	(1.615)	(2.066)
Outras despesas administrativas.....	(585)	(843)	(585)	(843)
Depreciação e amortização.....	(3.985)	(2.348)	(3.986)	(2.349)
Depreciação de direito de uso.....	(2.161)	(2.656)	(2.161)	(2.656)
Perdas na alien. e baixa de ativos imobilizados	(1.463)	(274)	(1.463)	(274)
Reversão/(Provisão) para perda no recebimento de créditos.....	8.283	(1.724)	8.289	(1.724)
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas.....	193	4.964	193	4.964
Provisão para indenizações contratuais.....	(7.864)	(15.592)	(7.864)	(15.592)
Prejuízos com valores de correspondentes.....	(8.545)	(2.996)	(8.545)	(2.996)
Prejuízos com indenizações judiciais.....	(1)	(6)	(1)	(6)
Ressarcimento de despesas - Procedimento arbitral.....	492	2.061	492	2.061
Ganhos na baixa de arrendamento IFRS.....	28	-	28	-
Provisão para não realização de benefício fiscal.....	(2.322)	-	(2.322)	-
Outras receitas e despesas.....	731	1.090	569	732
Total	(83.158)	(89.266)	(83.483)	(89.769)

15. Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e à gestão de carteira de empréstimos consignados, o que, em 31 de dezembro de 2020, corresponde a 99,9% das receitas da Companhia (99,0% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros.

16.3. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do exercício, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa.....	887	547	938	554
Aplicações financeiras.....	44.584	23.465	45.482	25.439
Total de ativos financeiros	45.471	24.012	46.420	25.993

16.4. Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

Aplicações financeiras.....	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição	25 pb aumento	25 pb diminuição
	114	(114)	114	(114)
Resultado líquido	114	(114)	114	(114)

Valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.

16.5. Provisão para risco de crédito de instrumentos financeiros: Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 48 ("Instrumentos Financeiros"), a Companhia realizou estudo para mensurar o risco de crédito dos ativos financeiros, e constituiu provisão para risco de crédito considerando a classificação interna de risco da contraparte da seguinte forma:

Classificação de risco da contraparte	Controladora		Consolidado	
	Saldo dos ativos financeiros em 2020	Estimativa de perda	Saldo dos ativos financeiros em 2019	Estimativa de perda
Muito baixo.....	-	0,1%	-	0,1%
Baixo.....	2.547	0,3%	2.547	0,3%
Médio.....	42.307	0,5%	43.265	0,5%
Alto.....	-	0,7%	-	0,7%
Muito alto.....	-	1,0%	-	1,0%
Total	44.854	1,0%	45.812	1,0%

A avaliação dos riscos de crédito dos valores a receber de correspondentes no montante de R\$ 22.209 (R\$ 30.516 em 2019), é realizada com base em política específica definida pela Administração, de forma que o montante da provisão constituída atingiu 99,4%.

17. Gerenciamento de Riscos Operacionais: Com o suporte de consultoria externa especializada, em 2020 a Companhia realizou o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, foram identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou uma área de controles internos e um comitê de gestão de riscos que se reúne periodicamente, reportando semestralmente os resultados deste trabalho aos Conselhos Fiscal e de Administração.

18. Procedimento Arbitral Banco Original S.A.: Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no contrato de compra e venda das ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais acionistas (Nota Explicativa nº 11.b), e medidas acatuatorias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11.c). Referente às medidas acatuatorias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral, entretanto, esta decisão não impactará na posição patrimonial e no resultado da Companhia, visto que devido a classificação de risco do processo definida pelos assessores jurídicos do Banco Original S.A. que está conduzindo a defesa do processo, bem como a apresentação de garantia realizada pelo Banco Original S.A. para fazer frente aos possíveis prejuízos desta ação, a Companhia não possui provisão constituída para esse assunto. Referente a responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos processos trabalhistas, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral que declarou a responsabilidade do Banco Original S.A. pelas indenizações imputadas a Companhia decorrentes de processos judiciais perante a justiça do trabalho que reconheçam, ou venham a reconhecer, o reenquadramento como bancário ou financeiro em favor de colaboradores que tenham sido contratados antes de 13 de março de 2012 e dispensados após esta data até o limite de 13 de março de 2018. Referente às contingências trabalhistas, o total do Passivo da Companhia é de R\$ 20.230 (R\$ 21.051 em 2019) relativos às ações com classificação de risco "Provável" (Nota Explicativa nº 11.b). Deste montante, R\$ 12.394 (R\$ 12.985 em 2019) referem-se a valores cuja responsabilidade pela indenização foi imputada ao Banco Original S.A. através do procedimento arbitral, e para os quais o Banco Original S.A. deve apresentar carta fiança em garantia de ressarcimento à Companhia em caso de perda perante a justiça do trabalho.

19. Eventos Subsequentes: Com a finalidade de garantir as obrigações do Banco Original S.A. perante a Companhia, decorrentes das obrigações de reembolso das condenações trabalhistas em virtude da sentença arbitral, descrita na Nota Explicativa nº 18, em fevereiro de 2021 o Banco Original S.A. assinou com o Banco do Brasil S.A. e com a anuência da Companhia, o contrato de prestação de serviços de custódia e vinculação de ativos caucionados, que tem por objeto regular a prestação de serviços de custódia e vinculação de títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, do Banco Central do Brasil, que forem caucionados pelo Banco Original S.A. em favor da Companhia em decorrência das obrigações garantidas. Os títulos inicialmente caucionados montam o valor de R\$ 11.105, e estão compostos pelos seguintes papéis:

Os títulos caucionados tem por objetivo garantir o reembolso das condenações trabalhistas de processos que já obtêm o julgamento do Recurso Ordinário, e serão revisados com periodicidade mínima semestral, momento em que a garantia poderá ser aumentada ou reduzida conforme o andamento dos processos no judiciário.

Título	Quantidade	Vencimento	Valor Total
LFT	518	01/09/2023	5.559
NTN-B	1.738	15/08/2024	5.546
Total			11.105

Conselho de Administração

Werner Köhler Presidente	Ricardo Russowsky Conselheiro	Daniel Matone Conselheiro	Cláudio Matone Conselheiro	Leany Barreiro de Sousa Lemos Conselheira
-----------------------------	----------------------------------	------------------------------	-------------------------------	--

Diretoria

Gustavo Fiuzza Lima de Souza Diretor Presidente	Bruno Fronza Diretor Administrativo e Financeiro	Ricardo Padoin Nené Diretor de Tecnologia	Ronaldo Maciel de Ávila Junior Contador - CRC/RS 074.550/O-2
--	---	--	---